



Balança comercial tem superávit de US\$ 7,74 bilhões em setembro

Estabilizar dívida pública requer ajuste de ao menos R\$ 250 bilhões

Página 4

Rombo de R\$ 266 milhões na Justiça Federal ameaça salário de servidores

Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 4,97
Venda: 4,98

Turismo
Compra: 4,99
Venda: 5,17

EURO

Compra: 5,60
Venda: 5,60

Anvisa proíbe venda de insulina e tirzepatida irregulares



Foto: Marcelo Casar Jr/AB

Página 4

AGU pede a Fux que aguarde PGR e mantenha proibição das bets no país

Página 8

Prefeitura de SP amplia vacinação contra meningite e reforça importância da prevenção e do diagnóstico precoce

Página 2

Big techs descumprem regras eleitorais no dia da votação, diz estudo

Página 8

Esporte

AKSP Interlagos Trophy será o último evento do Kartódromo de Interlagos antes do fechamento para a F-1

Apenúltima etapa do AKSP Interlagos Trophy promete muita disputa entre os postulantes ao título de campeão nas cinco categorias. A reta final da 8ª temporada do campeonato de rental kart será realizada na noite do dia 7 de outubro, marcando o fechamento do tradicional Kartódromo Ayrton Senna, para a preparação para o GP São Paulo de Fórmula 1.

Com apenas duas etapas para o encerramento do certame, a disputa pelas primeiras posições entra definitivamente em sua fase decisiva. Os líderes na pontuação bruta são Lucimara Reimberg (Mulheres em Ação - Graduadas), Beatriz Marsilli (Mulheres em Ação - Novatas), Rodrigo Hergovich (Sênior), Gabriel Paixão (Santidade Racing), Marcelo Soufira (Light), Elcio Lora (Graduados) e Henrique Morbi (Elite).

No entanto, o regulamento do campeonato prevê o descarte obrigatório dos dois piores

resultados na temporada, o que poderá fazer diferença na definição dos títulos. Desta forma, antes do GP DLT Suprimentos já podemos fazer um exercício de previsibilidade, considerando os descartes nas etapas até agora realizadas. Lembrando que quem já descartou duas provas sem pontuação, terá a oportunidade de apenas somar mais pontos.

A maior indefinição está na categoria Graduados, onde os 18 primeiros podem conquistar o título, pois nesta categoria estarão em jogo até 103 pontos nestas duas últimas etapas.

Na pontuação bruta, Elcio Lora lidera com 142,5 pontos. No entanto, aplicando os dois descartes agora ele cai para quinto, com 109,5 pontos. Já o Luis Blanes, que soma 117 pontos brutos na quarta posição, com os descartes assume a ponta com os mesmos 117 pontos, pois deixou de participar de duas etapas e agora só soma pontos.

Na categoria Elite, que tam-

bém terá 103 pontos a serem disputados, os oito primeiros podem alcançar o título. O líder na pontuação bruta e também com os descartes é Henrique Morbi, respectivamente com 212 e 183 pontos, seguido de Paulo Policeno, com 189,5 e 151,5 pontos.

A Sênior tem outro panorama, com 83 pontos a serem alcançados nas duas etapas restantes, o que coloca os nove primeiros da tabela para brigarem pelo topo do campeonato. Rodrigo Hergovich é o líder tanto na pontuação bruta (177 pontos), como com os descartes (143). Já Allan Félix, atual quarto colocado com 121 pontos, assume a vice-liderança com os descartes, ficando com 126,5 pontos. E na terceira posição são dois pilotos empatados: Henrique Morbi com 145,5 pontos e Gerson Roschel com 144, mas com os descartes ambos ficam com 118,5 pontos.

Entre os novatas e estreantes, Marcelo Soufira leva uma boa vantagem, pois foi extremamente

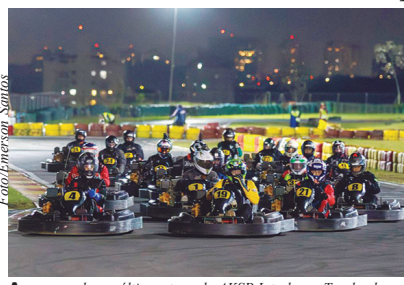


Foto: Emerson Santos

As provas da penúltima etapa do AKSP Interlagos Trophy devem ser equilibradas

regular, subindo no pódio entre os três primeiros em todas as etapas. Ele tem 178 pontos brutos e 140 com os dois descartes. Seu maior oponente é Luis Henrique Pereira, com 120 pontos brutos e 116 com os descartes. Hipoteticamente os 11 primeiros da Light ainda podem atingir a glória do título de campeão da categoria

mais equilibrada da temporada.

Finalmente, na categoria feminina Lucimara Reimberg lidera nas duas situações, com 174 e 155 pontos, respectivamente. Mas as seis primeiras ainda estão no jogo. A vice-líder Mirna Lopes, com 129 pontos, cai para terceiro com os descartes, com 115 pontos. Já Beatriz Marsilli, quar-

ta com 124 pontos brutos, assume a segunda colocação com 124,5 pontos, já que zerou em duas etapas.

Premiação da etapa

Os primeiros colocados do GP DLT Suprimentos receberão troféus e kits da Giovanna Baby, masculinos e femininos, além de produtos da Cerveja Paulistana e premiações especiais oferecidas pela DLT Suprimentos. Além disso, no momento final do pódio será sorteado somente entre os presentes um grande kit com 15 produtos da Giovanna Baby, e um lego de Fórmula 1 de 53 cm com 1000 peças, oferecido pela D&M Blocos de Montar.

Ação Social

NO GP DLT Suprimentos, dando continuidade às ações sociais que o AKSP Interlagos Trophy costuma promover, será arrecadado fraldas geriátricas para os idosos do Lar San German.

Brasileiro Sub-16 de Atletismo recebe inscrições de mais de 1.200 atletas



Foto: Gustavo Alves

O Centro Olímpico foi o campeão brasileiro de 2025 na categoria sub-16

O Campeonato Brasileiro Interclubes - CBI Sub-16 de Atletismo Loterias Caixa recebeu a inscrição de 1.227 atletas (591 feminino e 636 masculino) para três dias de competições, de sexta-feira a domingo (9 a 11/10), na pista do Estádio Ícaro de Castro Mello, o Ibirapuera, em São Paulo. São atletas de 188 clubes e associações, de 23 Estados do Brasil. Será a terceira competição do calendário nacional na nova pista de nove raias, de Classe 1 pela World Athletics (depois de reinauguração, em julho, recebeu o Troféu Brasil e o Brasileiro Sub-18).

A competição volta a São Pau-

lo com entrada franca e transmissão ao vivo da TV Atletismo Brasil, canal do YouTube da Confederação Brasileira de Atletismo (CBA). Serão seis etapas, duas por dia, de manhã e à tarde. Todas as distâncias das corridas, alturas das barreiras, tamanhos e pesos dos implementos são próprios - definidos por regra - para esta categoria, que reúne atletas de 13 a 16 anos.

PROGRAMA HORÁRIO

Na última edição do Brasileiro Sub-16, em 2025, a Associação Esportiva Cidadania e Dignidade (AECDD), de Macaé, Rio de Janeiro (73 pontos), com o Cen-

tro Olímpico em segundo (58) e SESE-SP (44) em terceiro.

Thayna Custódio Ramos Costa, ouro nos 75 m e nos 250 m, ao lado de Josué Alves Menezes, campeão dos 100 m com barreiras, foram os melhores atletas da competição em 2025.

O Campeonato Brasileiro Interclubes - CBI Sub-16 de Atletismo Loterias Caixa recebe o apoio do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), que desenvolve o programa de formação de atletas juntamente aos clubes integrados e ENADS.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Fuvest encerra inscrições para o Vestibular 2027 na sexta-feira (9)

A Fuvest encerra na sexta-feira (9) as inscrições para o Vestibular 2027 da USP, que oferece 8.147 vagas. Uma das novidades é a redução da primeira fase de 90 para 80 questões, mantendo as cinco horas de duração. Outra novidade é a aplicação do exame, pela primeira vez, em Fortaleza, no Ceará, além de 30 cidades paulistas. As inscrições devem ser feitas na página da Fuvest. A taxa é de R\$ 228. A primeira fase será realizada em 1º de novembro.

A redução no número de questões busca ampliar o tempo disponível para que os candidatos compreendam e interpretem melhor os enunciados. A proposta ganha importância porque a prova exige mais do que o domínio dos conteúdos, com ques-

tões que articulam diferentes formas de informação, como textos, gráficos e mapas.

Confira a seguir alguns dos principais pontos do Vestibular 2027 da Fuvest.

Redução no número de questões: A primeira fase teve o número de questões reduzido de 90 para 80, mantendo-se as cinco horas de duração para oferecer mais tempo à interpretação de enunciados contextualizados e diminuir a dificuldade na aplicação de fórmulas em exatas

Foco na contextualização
O novo modelo exige questões que tragam a aplicação prá-



8.147 vagas são oferecidas pela USP em seus cursos de graduação

Desafio na interpretação

A contextualização tem sido um ponto de atenção especial em matérias como matemática, física e química. Além de dominar as fórmulas, é importante perceber qual raciocínio aplicar devido à complexidade da interpretação dos enunciados

Nível de dificuldade e desempenho
Com a redução para 80 ques-

tões, há uma preocupação maior das bancas examinadoras em incluir questões mais difíceis. Isso serve para garantir maior poder de diferenciação entre os candidatos e evitar um número excessivo de empates na nota de corte, o que sobrecarregaria a segunda fase.

Novidades na redação

A redação oferece duas propostas de escrita a partir de uma mesma coletânea de textos, permitindo que o candidato escolha entre a tradicional dissertação e um gênero narrativo. A redação mantém peso relevante na

avaliação, correspondendo à metade da nota do primeiro dia da segunda fase e a um sexto da nota final.

O Guia de Inclusão da Fuvest 2027 foi criado para explicar aos candidatos quais recursos e políticas estão disponíveis para tornar o processo seletivo mais acessível.

O material reúne orientações sobre: Atendimento especializado para pessoas com deficiência e outras condições que demandem recursos específicos; Recursos para a realização das provas, como prova adaptada para pessoas cegas, intérprete de Libras, tempo adicional, apoio para leitura e transcrição, local sem escadas, uso de cadeira de rodas ou muletas, entre outros; Candidatos com TEA, dislexia, TDAH e outras condições, com orientações sobre a solicitação de atendimento específico; Amamentação, incluindo as condições para candidatas que precisem amamentar durante o exame; Nome social, com orientações para seu uso no vestibular; Ações afirmativas, explicando a reserva de vagas para estudan-

tes de escolas públicas e para pessoas pretas, pardas e indígenas; Isenção e redução da taxa de inscrição, com os critérios e procedimentos para solicitar o benefício; Permanência estudantil, apresentando políticas de apoio da USP para estudantes em situação de vulnerabilidade.

Principais datas do Vestibular 2027

9 de outubro – Encerramento das inscrições

21 de outubro – Divulgação dos locais de prova da 1ª Fase

1º de novembro – Prova da 1ª Fase

23 de novembro – Divulgação dos convocados e dos locais da prova da 2ª Fase

6 e 7 de dezembro – Provas da 2ª Fase

8 a 11 de dezembro – Provas de Competências Específicas

26 de janeiro de 2027 – Divulgação da 1ª Chamada para matrícula

Mais informações sobre o Vestibular 2027 estão disponíveis em www.fuvest.br/vestibular-da-usp. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereadores(as) no PL, PP, MDB, União, Republicanos, PSD, Podemos e Novo já trabalham pela eleição (2º turno presidencial) do Flávio Bolsonaro (PL). Vereadores(as) no PT, PSB, PV e PSOL seguem com Lula (PT)

PREFEITURA (São Paulo)

O católico Ricardo Nunes (MDB) segue dizendo que Nossa Senhora (na igreja católica apostólica romana) têm o respeito da família Bolsonaro, de raiz católica ... hoje com alguns que se apresentam como protestantes

ASSEMBLEIA (Brasil)

Deputados(as) no PL, PP, MDB, União, Republicanos, PSD, Podemos, Novo ... já trabalham pela eleição (2º turno presidencial) do Flávio Bolsonaro (PL). Deputados(as) no PT, PSB, PT do B e PSOL seguem com Lula (PT)

GOVERNO (São Paulo)

O católico apostólico romano e reeleito (1º turno) Tarcísio Freitas (Republicanos) será principal cabo eleitoral (por todo o Brasil) com a esposa Cris que é católica de origem nordestina) pela eleição (2º turno presidencial) do Flávio Bolsonaro (PL)

CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) e senadores(as) no PL, PP, MDB, União, Republicanos, PSD, Podemos, Novo ... já trabalham pela eleição (2º turno presidencial) do Flávio Bolsonaro (PL). Os(as) no PT, PSB, PSOL, PC do B, PV ... seguem com Lula (PT)

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Eleições 2026: diferentemente de 2022, agora encontramos quase toda a imprensa diária mostrando "erros" absurdos nos levantamentos de várias empresas que erraram projeções pra Presidência, Governos, Congresso e Assembleias ...

JUSTIÇAS (Brasil)

Tanto no TRE SP, como no TSE (incluindo decisões que acabaram no STF), sempre haverá homens e mulheres ... profissionais nas suas carreiras jurídicas que demonstrarão buscar o Caráter de DEUS e as Éticas das Justiças Justas do Cristo ...

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Não andem ansiosos por coisa alguma, mas em tudo, pela oração e súplicas, e com ação de graças, apresentem seus pedidos a Deus. E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará o coração e a mente de vocês em Cristo Jesus" **Filipenses 4:6-7**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00
Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo de SP realiza Virada Inclusiva 2026 em novembro; inscrições de artistas com deficiência vão até a quarta-feira (14)

Artistas com deficiência têm até esta quarta-feira (14) para realizar inscrições de propostas artísticas-culturais para a Virada Inclusiva 2026, que será realizada pelo Governo de São Paulo entre os dias 28 de novembro e 6 de dezembro em diferentes regiões do estado. Já o prazo para envio do formulário de participação das prefeituras e secretarias municipais foi estendido até a semana seguinte, no dia 23 de outubro.

Com o tema "A inclusão que sonhamos. As conquistas que vivemos", o programa busca incentivar a participação conjunta de pessoas com e sem deficiência em ações integradas de cultura, esporte e lazer. Em 2025, a edição reuniu mais de 400 atividades culturais em todo o estado.

O destaque da edição deste ano será um grande evento de abertura no Memorial da Amé-

rica Latina, na área externa ao prédio da secretaria e no Museu da Inclusão, reunindo shows de artistas, apresentações culturais e atividades acessíveis para celebrar o protagonismo e a diversidade.

"A Virada Inclusiva ajuda as pessoas a compreenderem toda a evolução dos direitos da pessoa deficiente e serve para que a gente possa ponderar qual é a nossa participação, a participação dos governos, das entidades, mas, especialmente, a participação de cada um de nós, cidadãos, em tornar a nossa cidade, os nossos espaços, o nosso Estado e o nosso país digno de todas as pessoas com e sem deficiência", afirma o secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Marcos da Costa.

Construído de forma colaborativa entre o Estado, municípios



Em 2025, a edição reuniu mais de 400 atividades culturais em todo o estado

e sociedade civil, o calendário da Virada Inclusiva ocupa parques, praças, ruas, museus, teatros e centros culturais em diversas regiões de São Paulo. Toda a programação é gratuita e conta com recursos de acessibilidade. A ini-

ciativa é realizada anualmente no encerramento do ano em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 3 de dezembro de 1992. (Governo de SP)

Prefeitura amplia vacinação contra meningite e reforça importância da prevenção e do diagnóstico precoce



Diferentes causas

A meningite é uma inflamação das membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal e pode ser provocada por vírus, bactérias, fungos e parasitas, com risco de rápida evolução.

Entre as bactérias causadoras da doença estão Streptococcus pneumoniae (pneumococo), Haemophilus influenzae e Neisseria meningitidis (meningococo, responsável pela doença meningocócica).

A transmissão depende do agente causador. No caso das bactérias, ocorre por gotículas e secreções respiratórias, principalmente em situações de contato próximo.

Os principais sinais de meningite bacteriana incluem febre, dor de cabeça intensa, rigidez de nuca, náuseas e vômitos, sensibilidade à luz e sonolência ou alteração do estado mental.

Na doença meningocócica, também podem surgir manchas vermelhas ou arroxeadas na pele. Em bebês, os sinais incluem irritabilidade, sonolência, recusa alimentar, vômitos e abaulamento da fontanela (moleira).

A recomendação é procurar atendimento de saúde diante de qualquer sinal de suspeita da doença.

Confira o esquema vacinal

A vacina BCG é recomendada em dose única ao nascer, preferencialmente ainda na maternidade. Ela protege contra as formas graves e disseminadas da tuberculose, incluindo a meningite tuberculosa.

As vacinas pneumocócicas conjugadas (VPC) protegem contra doenças graves causadas pela bactéria pneumococo, como a meningite. Atualmente, são adotadas para crianças, administradas aos 2 meses com a VPC20, aos 4 meses com a VPC10 e aos 12 meses com a VPC20, como dose de reforço.

Uma nova orientação do PNI ampliou a imunização com a Pneumo 20 para pessoas com 85 anos ou mais. A vacina protege contra doenças causadas pelo Streptococcus pneumoniae, entre elas pneumonia, meningite, sinusite, otite média e outras infecções graves.

A vacina pentavalente (DTP/HB/HIB), indicada aos 2, 4 e 6 meses de idade, protege contra doenças invasivas causadas pelo Haemophilus influenzae tipo B, entre elas a meningite. A meningocócica C, recomendada aos 3 e 5 meses de idade, protege contra doenças meningocócicas invasivas causadas pela Neisseria meningitidis dos sorogrupos C, incluindo meningite e meningococcemia.

Já a meningocócica ACWY é indicada no reforço aos 12 meses de idade e para adolescentes entre 11 e 14 anos, para prevenir doenças meningocócicas invasivas causadas pela Neisseria meningitidis dos sorogrupos A, C, W e Y, incluindo meningite e meningococcemia.

Além da vacinação, medidas como lavar as mãos, manter os ambientes ventilados e adotar a etiqueta respiratória também ajudam a prevenir infecções. (Prefeitura de SP)

Rombo de R\$ 266 mi na Justiça Federal ameaça salário de servidores

A Justiça Federal tem um rombo de R\$ 266 milhões para equacionar neste ano. Para fechar as contas, os tribunais regionais federais discutem alternativas que incluem até mesmo adiar pagamentos a servidores, como parte da folha de dezembro, o auxílio-alimentação e a segunda parcela do 13º salário.

O tamanho do problema aparece em um parecer da Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), sediado em Porto Alegre, ao qual a reportagem teve acesso. O documento é do fim de agosto.

Nesse texto, afirma-se que diretores de orçamento dos seis tribunais regionais federais do país fizeram uma reunião e sugeriram propostas para cobrir o déficit, o que poderia ocorrer com cortes de despesas discricionárias (contratos, obras e tecnologia).

Eles também levantaram a possibilidade de pagar em janeiro os encargos da folha de dezembro ou adiar o auxílio-alimentação para o início de 2027 e transferir para janeiro a segunda parcela do 13º. Em nota, o CJF (Conselho da Justiça Federal) afirma que não deverá ocorrer adiamento de pagamentos.

"O presidente do CJF e do STJ (Superior Tribunal de Justiça), ministro Luís Felipe Salomão, está em diálogo com os presidentes dos tribunais para encontrar

uma solução unificada para a questão e, embora cada tribunal seja autônomo, entende que deve ser adotada uma saída que não impacte a folha de pagamento, que em nenhuma hipótese pode deixar de ser honrada, pois representa despesa obrigatória".

Na terça-feira (6), o presidente do CJF se reuniu com os presidentes dos TRFs para tratar do tema.

O CJF afirma que o déficit orçamentário dos tribunais não é inédito e geralmente ocorre por fatores externos ou inesperados, que não foram considerados quando da aprovação da previsão anual. No caso de 2026, isso se deu principalmente pelo adiamento em alguns meses do adicional de qualificação, previsto em lei de 2025, que representou quase 80% do déficit atual de R\$ 266 milhões nos seis Tribunais Regionais Federais.

Em dezembro do ano passado, foi publicada a lei sobre o adicional por qualificação. Os valores são diferentes para cada tipo de certificação (doutorado vale mais que mestrado, por exemplo).

Quando o orçamento da Justiça Federal foi elaborado, esperava-se que esse aumento fosse acontecer em julho deste ano, mas o valor começou a ser pago em janeiro. São seis meses a mais de pagamentos em relação ao previsto.

A situação se tornou pública após uma reunião entre a administração do TRF-4 e o Sintrajufe-RS, sindicato dos servidores do Judiciário Federal no estado, em 29 de setembro.

Segundo relato publicado pelo próprio sindicato, o presidente do tribunal, desembargador João Batista Pinto Silveira, confirmou a autenticidade do parecer.

Ainda segundo o sindicato, ele disse não concordar com o atraso de salários ou benefícios dos servidores e afirmou que o presidente do CJF teria a mesma opinião, mas ressaltou que a decisão final cabe ao conselho.

PAGAMENTOS ACIMADO TETO

Enquanto os tribunais buscam onde cortar, os pagamentos à magistratura seguem acima do limite constitucional. Levantamento da Folha com as planilhas que o TRF-4 envia ao Painel de Remuneração do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mostra que juizes e desembargadores da 4ª Região receberam cerca de R\$ 178 milhões acima do teto de R\$ 46.366,19 entre janeiro e agosto, já descontado o abate-teto.

Dos 542 magistrados, aposentados e pensionistas da folha, 523 receberam acima do limite em pelo menos um mês, em média R\$ 340 mil cada no período.

Para o Sintrajufe-RS, atribuir o rombo ao adicional de qualificação é uma tentativa de transferir a conta aos servidores.

Marcelo Carlini, diretor do sindicato, atribui o desequilíbrio à série de benefícios criados por via administrativa para a magistratura nos últimos anos, como a licença compensatória, que dava aos juizes um dia de folga, convertível em dinheiro, a cada três trabalhos. "Esse dinheiro foi gasto sem orçamento", afirma.

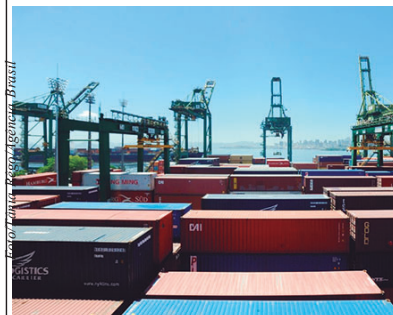
Para ele, a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que limitou os chamados pendurcalhos "não encerrou a sangria, mudou por onde sangrava": proibiu alguns pagamentos, mas liberou outros, como retroativos de adicional por tempo de serviço.

Segundo ele, a lei previa o pagamento do adicional desde sua aprovação, e foi o CJF que programou o início do pagamento para o meio do ano.

Ele também questiona a composição dos restos a pagar dos TRFs, que serviram de base para o rateio dos cortes. "Nós não sabemos qual é a origem dos restos a pagar", diz.

E afirma que o Fundo Especial da Justiça Federal, criado pela lei 15.498, sancionada em setembro, não resolve o problema: o fundo não pode ser usado para pagar salários e só passa a valer em 2027. (Agência Brasil)

Balança comercial tem superávit de US\$ 7,74 bilhões em setembro



Com a ajuda do petróleo, dos combustíveis, da soja e do cobre, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,74 bilhões em setembro, mais que o dobro do que mesmo mês de 2025 (US\$ 3,14 bilhões).

O desempenho foi impulsionado pelo crescimento das exportações, que avançaram 12,9% no período, segundo dados divulgados na terça-feira (6) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

O superávit foi o segundo melhor para o mês, só perdendo para setembro de 2023 (US\$ 9,18 bilhões).

Principais números

• Superávit: US\$ 7,74 bilhões (+146,4% ante setembro de 2025); • Exportações: US\$ 34,42 bilhões (+12,9%); • Importações: US\$ 26,68 bilhões (-2,4%); • Corrente de comércio: US\$ 61,09 bilhões (+8%).

A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 61,09 bilhões, o maior valor já registrado para meses de setembro na série histórica e o segundo maior para todos os meses, só perdendo para junho deste ano (US\$ 61,99 bilhões).

Exportações crescem

O aumento das vendas externas foi liderado pela indústria extrativa, seguida pela indústria de transformação e pelo agronegócio.

Exportações por setor:

• Indústria extrativa: US\$ 9,44 bilhões (+39,8% ante setembro de 2025); • Indústria de transformação: US\$ 17,67 bilhões (+5,3%); • Agropecuária: US\$ 7 bilhões (+4,8%).

Produtos em destaque:

• Indústria extrativa: petróleo bruto (+77,3% ante setembro do ano passado), minério de cobre (+74,2%); • Indústria de transformação: farelos de soja (+47,7%), combustíveis (+39,1%); • Agropecuária: soja (+11,9%), café não torrado (+8,7%), centeio e aveia (de US\$ 407 mil para US\$ 127,8 milhões, alta percentual de 31,2 mil, por diferença de cronograma de embarque).

No caso do petróleo, o crescimento da produção e o aumento de 24,7% nos preços médios, após o agravamento da guerra no Oriente Médio, elevaram as exportações.

Destinos das vendas

As exportações cresceram para a maior parte dos principais mercados do Brasil, incluindo os Estados Unidos, apesar das tensões comerciais entre os dois países. No entanto, caíram para a Ásia e ficaram estáveis para a América do Sul.

Exportações por região:

Europa: US\$ 8,3 bilhões

(+51,9%); • América do Norte: US\$ 5,2 bilhões (+30,6%); • América do Sul: US\$ 4,2 bilhões (estável); • Ásia: US\$ 17,4 bilhões (-2,5%).

As vendas para os Estados Unidos avançaram 31,9% em setembro, mesmo em meio à aplicação de novas tarifas sobre produtos brasileiros. No entanto, caem 6,5% no acumulado do ano.

Para a União Europeia, o crescimento pode ser explicado pelo acordo com o Mercosul, que está impulsionando as vendas, principalmente de alimentos, para o bloco.

Importações avançam

As compras brasileiras no exterior tiveram leve recuo em setembro (-2,4%), principalmente de bens de capital e bens intermediários.

Importações por categoria:

• Bens de capital: US\$ 4,1 bilhões (-29,8%); • Bens intermediários: US\$ 14,9 bilhões (-2,4%); • Bens de consumo: US\$ 4,3 bilhões (+11,5%); • Combustíveis: US\$ 3,4 bilhões (+41,2%, impulsionada pela alta de 58,2% no preço).

No caso dos bens de capital, a desaceleração da economia provocada pelos juros altos está diminuindo os investimentos da indústria, principal compradora de máquinas.

Acumulado de 2026

No acumulado de janeiro a setembro, a balança comercial registrou superávit de US\$ 62,4 bilhões.

No período:

• Exportações: US\$ 264,65 bilhões (+10,4%); • Importações: US\$ 222,26 bilhões (+5,9%); • Saldo comercial: US\$ 62,4 bilhões (+34,8%).

Projeções

Apesar do crescimento das exportações, o Mdic revisou para baixo sua projeção para 2026. A estimativa de superávit da balança comercial passou de US\$ 90 bilhões para US\$ 84,4 bilhões. Mesmo com a queda, o resultado seria o segundo melhor para um ano desde o início da série histórica, em 1989. Só perderia para 2023 (US\$ 98,8 bilhões).

A previsão de exportações foi reduzida de US\$ 394,4 bilhões para US\$ 382,5 bilhões. A projeção para as importações passou de US\$ 304,4 bilhões para US\$ 298,1 bilhões.

As estimativas estão mais otimistas que as das instituições financeiras. Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo Banco Central, os analistas de mercado projetam superávit comercial de US\$ 78,3 bilhões para este ano. (Agência Brasil)

BC cria indicador para acompanhar reajustes salariais negociados



O Banco Central (BC) passará a divulgar mensalmente um novo conjunto de indicadores sobre reajustes salariais negociados em convenções coletivas de trabalho. A iniciativa deve ampliar a capacidade de monitorar as condições do mercado de trabalho e seus efeitos sobre a inflação.

Com base em informações do Sistema de Negociações Co-

letivas de Trabalho (Mediador), do Ministério do Trabalho e Emprego, os indicadores mostrarão os percentuais de reajustes negociados e a proporção de acordos que resultaram em aumentos acima, abaixo ou em linha com a inflação.

As estatísticas incluirão os reajustes nominais, que representam o aumento dos salários

em valores correntes, e os reajustes reais, que descontam a inflação e indicam se houve ganho efetivo de poder de compra para os trabalhadores.

A nova base permitirá ao BC acompanhar com maior precisão o comportamento das negociações salariais e avaliar como as condições do mercado de trabalho influenciam a dinâmica dos salários.

Estudo divulgado pelo BC mostra que ganhos reais de salário tendem a ser mais frequentes em períodos de mercado de trabalho aquecido e de baixa taxa de desemprego.

De acordo com a autoridade monetária, esse movimento foi observado entre 2012 e 2014 e voltou a aparecer a partir de 2023, quando cresceu a proporção de convenções coletivas com reajustes acima da inflação.

Segundo a análise, os reajustes negociados mantêm forte re-

lação com a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Embora não haja obrigação legal de reposição integral das perdas inflacionárias, a inflação acumulada continua sendo uma das principais referências para trabalhadores e empregadores durante as negociações.

Ferramenta adicional

A divulgação regular dos indicadores ampliará o conjunto de informações disponíveis para a sociedade acompanhar a evolução dos salários negociados no país e sua relação com a inflação.

Os dados abrangem convenções coletivas de todas as regiões e dos principais setores da economia, como agropecuária, indústria, construção, comércio e serviços, e estarão disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central. (Agência Brasil)

Regra para alíquota dos combustíveis na reforma tributária é publicada

O Ministério da Fazenda e o CGIBS (Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços) definiram a metodologia que será usada para calcular as alíquotas da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a partir de 2027, e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), a partir de 2029, incidentes sobre combustíveis. A regra está em uma portaria publicada na segunda-feira (5).

Os combustíveis têm um regime específico na reforma tributária, em que os dois tributos são calculados sobre a quantidade comercializada.

As alíquotas serão as mesmas em todo o Brasil, mas específicas para cada tipo de combustível. Estão submetidos à metodologia gasolina, etanol anidro, óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, etanol hidratado, querosene de aviação, óleo combustível, gás natural processado, biometano e GNV.

A norma não fixa quanto será cobrado de IBS e CBS por litro. Ela estabelece como será calculado o valor de referência que será utilizado para definir essas alíquotas.

Esse valor funciona como parâmetro para evitar que, na transição para o novo sistema, a

tributação dos combustíveis fique acima da carga tributária que hoje incide sobre esses produtos.

Para chegar à referência, a portaria separa a carga tributária em duas partes: direta e indireta.

No caso da CBS, a carga direta corresponde ao que hoje é recolhido de PIS/Pasep, PIS/Pasep-Importação, Cofins e Cofins-Importação, na produção, importação e comercialização dos combustíveis.

Já a carga indireta considera esses tributos, além do IPI e do IOF sobre seguros, quando recaem sobre insumos, serviços e bens de capital utilizados na cadeia de produção, importação e comercialização e não são recuperados como crédito.

Para o IBS, a lógica é semelhante, mas os tributos de referência são outros. A carga direta considera o ICMS. A carga indireta, por sua vez, considera ICMS e ISS incidentes sobre insumos, serviços e bens de capital utilizados na cadeia e que não tenham sido recuperados como crédito.

A portaria define a chamada "carga tributária por unidade de medida" como "o quociente entre a carga tributária, direta ou indireta, e a quantidade do combustível" no perío-

do correspondente.

Para a CBS, o período de referência é de julho de 2025 a junho de 2026, com valores corrigidos pelo IPCA até julho de 2026 e atualizado para preços de 2027 pela meta de inflação de 3%.

Há ainda uma regra específica para combustíveis que tiveram redução de alíquota entre março e junho de 2026. Nesses casos, para o cálculo da carga de referência da CBS, a portaria determina que sejam consideradas as alíquotas que estavam vigentes em fevereiro de 2026 nos meses em que ocorreu a redução.

A carga indireta da CBS seguirá outra conta. O montante apurado para 2025 será dividido pelo volume do combustível consumido no país naquele ano, para chegar a um valor por unidade de medida. Esse resultado também será corrigido pelo IPCA e atualizado para os preços de 2027.

Com essas duas parcelas será formada a carga tributária de referência.

A regra para 2027 é que a alíquota da CBS para cada combustível não ultrapasse a soma dessas duas cargas.

No caso do IBS, a transição é diferente. Para 2029, a alíquota poderá corresponder a até 10%

da soma das cargas tributárias direta e indireta de referência. Em 2030, o limite sobe para 20%; em 2031, para 30%; e, em 2032, para 40%. A partir de 2033, o limite passa a ser de 100%.

Outro elemento importante da metodologia é o PMPF (Preço Médio Ponderado a Consumidor Final), apurado por estado e posteriormente consolidado em âmbito nacional.

Ele será especialmente relevante depois da entrada em vigor dos novos tributos, porque, para os anos seguintes a 2027, a CBS será reajustada de acordo com a variação do PMPF entre o período de referência e os 12 meses anteriores a julho do ano anterior aquele em que a nova alíquota será aplicada. A mesma lógica será utilizada para o IBS depois de 2029.

A portaria também trata dos biocombustíveis e do hidrogênio de baixa emissão de carbono. A regra preserva a determinação da reforma de que esses produtos tenham tributação inferior à dos combustíveis fósseis utilizados como referência. Para os biocombustíveis, a alíquota não poderá ser inferior a 40% nem superior a 90% da alíquota do combustível fóssil comparado. (Folhapress)

Estabilizar dívida pública requer ajuste de ao menos R\$ 250 bilhões

Estabilizar a dívida pública requer um ajuste nas contas de ao menos R\$ 250 bilhões nos próximos quatro anos, avaliam economistas ouvidos pela reportagem. Esse é o ponto de partida do desafio que o presidente eleito precisará enfrentar nos próximos quatro anos.

A depender da credibilidade do plano, do empenho pessoal do chefe do Executivo e até dos juros no mercado internacional, o esforço necessário pode ser maior, chegando a R\$ 400 bilhões em algumas simulações.

O governo Lula (PT) prevê um déficit de R\$ 67,3 bilhões neste ano, ou 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso significa que a dívida bruta do governo geral, que bateu um recorde em cinco anos e está em 82,9% do PIB, vai subir ainda mais. Ela reúne débitos de União, estados e municípios e é um importante indicador de solvência do país.

Para os especialistas, o saldo das contas precisaria, idealmente, subir a 2% ou 2,5% do PIB até 2030, sem recorrer a subterfúgios ou descontos - ou seja, um resultado efetivo. O superávit poderia ser alcançado com expansão mais contida dos gastos públicos e ações pelo lado das receitas.

Mas os próprios economistas são céticos quanto à viabilidade de um ajuste dessa envergadura, dada a resistência da classe política a medidas consideradas impopulares, como a desvinculação de benefícios sociais do salário mínimo e a flexibilização dos pisos de Saúde e Educação.

Os temas são tão sensíveis que as equipes tanto de Lula

como do senador Flávio Bolsonaro (PL) se esquivaram de detalhar seus planos durante a campanha, embora ambos tenham reconhecido a necessidade de reequilibrar as contas.

O atual governo prevê como meta um superávit de 1,5% do PIB em 2030. Mesmo esse resultado demandaria um ajuste próximo dos R\$ 300 bilhões até o fim da década, segundo estimativas informais feitas por auxiliares do presidente que defendem algum aperto nos gastos.

Nas contas do Santander, chegar a esse resultado significaria um esforço próximo de R\$ 250 bilhões.

Ter uma arrecadação superior às despesas (que resulta no superávit) cria uma poupança que ajuda o governo a pagar a conta de juros. Esse é um dos fatores que tornam a trajetória da dívida mais sustentável. Outros são a expansão mais forte do PIB e a inflação.

Por outro lado, um saldo pior das contas e o aumento da taxa de juros contribuem para a piora do indicador.

O economista Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro Nacional e sócio-fundador da Oriz Partners, alerta para uma "situação mais complicada" do país, uma vez que o juro real no mundo está mais elevado. Isso trava a redução das taxas no Brasil e mantém mais caro o custo de financiamento.

Segundo ele, estabilizar a dívida brasileira com um juro real (acima da inflação) de 4% por ano já demandaria um superávit de 1,9% do PIB. Se esse custo sobe a 5%, o esforço passa a ser de 2,7% do PIB.

Para Kawall, diante do cená-

rio mais adverso, o presidente eleito deveria sinalizar compromisso firme com reformas que desacelerem a alta das despesas a 1% acima da inflação. Hoje, o arcabouço fiscal criado pela equipe de Lula permite expansão real de até 2,5% ao ano.

O ex-secretário ressalta, porém, que é necessário priorizar as mudanças concretas nas políticas públicas. "O erro seria sairmos da eleição com uma redução da regra. É uma maneira de querer continuar esse jogo do 'me engana que eu gosto'".

O economista-chefe para Brasil no Banco Barclays, Roberto Secemski, estima que o ajuste necessário para estabilizar a dívida seja da ordem de R\$ 350 bilhões. Mas ele reconhece que pouca gente espera que tal resultado seja alcançado rapidamente. Ainda assim, ele diz ser crucial que o presidente eleito deixe clara a direção a ser seguida.

"Ainda que não vá alcançar um ajuste dessa monta em seis meses ou um ano, talvez nem mesmo em dois anos, é importante que as medidas sejam ambiciosas o suficiente para perseverar nessa direção. Na ausência disso, a construção da credibilidade vai ficar afetada", afirma.

Para ele, o plano pode combinar medidas para conter despesas e elevar receitas, desde que sejam estruturais e duradouras, sem depender de ações pontuais, que valem num só ano.

"Uma vez estabelecidas es-

tas credenciais, os preços dos ativos tendem a reagir bem mais rápido do que as variáveis econômicas, e isso sozinho já alivia o custo total do esforço fiscal, porque o juro imposto à dívida pública decina", afirma Secemski.

O economista Italo Franca, do Santander, avalia que será prioritário adotar medidas pelo lado das despesas. "Não estamos falando de corte, mas sim de redução do ritmo de crescimento", afirma. Desde 2022, a expansão média dos gastos está em 5,3% ao ano acima da inflação, bem acima do desempenho da atividade econômica.

Em suas estimativas, um superávit mínimo para estabilizar a dívida ficaria entre 1,5% e 2% do PIB, mas isso também vai depender da qualidade do ajuste. Se o governo eleito concentrar esforços em medidas de fôlego curto, sem mudanças estruturais, essa fragilidade pode cobrar um preço maior.

A economista Zeina Latif, sócia da Gibraltar Consulting, avalia que alcançar superávit de 2% a 2,5% do PIB é improvável no próximo mandato, mas acredita na possibilidade de se alcançar um saldo positivo de 1% no primeiro ano da gestão. Segundo ela, o diagnóstico do que é necessário já existe, mas tudo vai depender do envolvimento do chefe do Executivo na aprovação das medidas.

Para a economista, as admi-

nistrações de Jair Bolsonaro (PL), pai do senador que agora concorre à Presidência, e de Lula provaram que a equipe econômica não consegue, sozinha, garantir a execução de um plano de ajuste.

"Não havia no governo Bolsonaro uma convicção da importância da disciplina fiscal. Ele chegou a dizer 'eu demito quem voltar a falar em desvincular salário mínimo'. Tem um aprendizado no mercado em relação a isso, de entender que não basta ter o ministro da Fazenda. Tem que ter um compromisso do presidente e capacidade política para isso", avalia.

É por isso que, segundo ela, Lula teria um déficit de credibilidade maior do que Flávio. Embora destaque em discursos o superávit alcançado em suas gestões anteriores, o petista disse, a menos de um mês das eleições, que "é preciso parar com essa babaquice de fazer superávit, de ter controle fiscal".

Por outro lado, Zeina diz que Flávio também tem "perfil populista" e, em sua atuação no Congresso, não defendeu disciplina fiscal de forma consistente.

"O desafio é muito grande, para quem quer que seja, de demonstrar capacidade de avançar no Congresso nessa situação, com o Executivo enfraquecido. As emendas parlamentares, que eram para ser moeda de barganha, inflamaram e perderam esse papel", afirma.

O economista José Roberto Afonso, professor do IDP e um dos formuladores da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), ressalta a necessidade de Executivo e Congresso "dosarem o ajuste", para que seja consistente com o cenário e com as demais políticas. Segundo ele, não há política fiscal autônoma e independente do que se passa no restante da economia e na sociedade.

"Ajuste eficiente sempre combina medidas e depende muito mais do sucesso da gestão do que de leis, promessas e propostas genéricas", diz.

Afonso compara a formulação dessas medidas e a gestão das contas a um voo. "Ninguém entra no avião quando quer, nem decola e muito menos pousa como e onde quer. Sim, é possível programar o tempo de voo. Não há como garantir que será cumprido porque não há como assegurar que condições climáticas serão sempre as mesmas".

Segundo ele, como num voo, a gestão da política fiscal depende de uma série de tarefas e variáveis combinadas. "É preciso muita competência e, sobretudo, responsabilidade. Esta tem faltado muito em que não tem formação em finanças públicas e muito menos experiência na administração pública para propor metas de resultado fiscal, de gastos ou de dívida, ignorando seus diferentes impactos", critica. (Folhapress)

Anvisa proíbe venda de insulina e tirzepatida irregulares

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu a venda e o uso de todos os lotes de insulina produzidos pela empresa Costa Mar Comércio Licitatório. A decisão foi publicada na terça-feira (6) no Diário Oficial da União.

Em nota, a Anvisa informou que a empresa distribuiu insulina glargina 3 mL/100 UI sem a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) para a atividade, em desacordo com a legislação sanitária vigente.

Inspeção feita pela vigilância sanitária de Petrópolis (RJ) no início de setembro constatou que a empresa não funcionava no endereço cadastrado e não detém licença sanitária identificada naquele local.

A Agência Brasil tentou contato com a empresa Costa Mar Comércio Licitatório Ltda., mas não houve retorno até a publicação da matéria. O espaço segue aberto para posicionamento.

A resolução proíbe também a venda de diversos peptídeos sem registro, incluindo uma marca de tirzepatida, vendidos por meio do site <https://www.peptideospro.com>.

Peptídeos são moléculas produzidas pelo organismo humano para cumprir diversas funções, podendo atuar como hormônios ou na regulação de processos biológicos, incluindo cicatrização, ou até mesmo na resposta imunológica.

Mais recentemente, um hormônio peptídico específico ficou bastante conhecido: o glucagon-like (GLP-1), produzido naturalmente pelo corpo humano e responsável por regular o nível de saciedade e os níveis de açúcar no sangue.

Dois substâncias que imitam a atuação do GLP-1 surgiram como opções para o tratamento do diabetes e da obesidade: a tirzepatida e a semaglutina, popularmente conhecidas como cacetes emagrecedoras. Os produtos do site em questão, de acordo com a Anvisa, por estarem sem registro,

não podem ser vendidos, fabricados, distribuídos, divulgados, transportados nem utilizados. As ações se aplicam a pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação.

A proibição também atinge peptídeos sem notificação ou cadastro na Anvisa fabricados por empresa desconhecida e a venda no site <https://peptideosdobrasil.com.br/>.

Recolhimento

A Anvisa suspendeu ainda a venda, a distribuição e o uso do lote JNYJ1201 do antibiótico Imaavy - 300 mg, depois que a empresa fabricante Johnson & Johnson informou ter recolhido voluntariamente o produto.

Segundo a empresa, há possibilidade da presença de partículas de vidro no interior dos frascos do lote em questão.

Em nota, a Johnson & Johnson informou que foi identificado um único frasco de Imaavy 300 mg que não atendeu às boas práticas de fabricação da

companhia.

"Com base em nosso compromisso contínuo com a segurança dos pacientes e a eficácia e qualidade dos medicamentos, decidimos, como medida preventiva e por excesso de cautela, realizar voluntariamente o recall de um número limitado de frascos que, em teoria, poderiam estar afetados, ainda que a probabilidade seja remota", explicou. "A questão foi prontamente identificada e não há qualquer impacto no fornecimento ou na disponibilidade de Imvavy para os pacientes", completou.

A resolução da agência também determinou o recolhimento do lote 000027107 do medicamento Lizbi - 2 mg/ml, fabricado pela empresa Halex Istar Indústria Farmacêutica SA.

"Foi confirmado o desvio de qualidade referente à perda de esterilidade da solução devido ao comprometimento da integridade da embalagem primária." (Agência Brasil)

Cresce número de mulheres eleitas para o Congresso Nacional

A bancada feminina na Câmara dos Deputados e no Senado Federal será a maior da história. Na Câmara, o número de mulheres eleitas passou de 90 para 109, um crescimento de 21%.

O resultado ocorreu apesar de uma queda no número de candidatas. Em 2022, 3.317 mulheres concorreram ao cargo de deputada federal. Em 2026 foram 2.820, uma diminuição de 24%.

Para o Senado Federal, os brasileiros elegeram doze mulheres entre as 54 vagas em disputa - maior número desde a redemocratização. Em 2018, quando também foram renovados dois terços da Casa, oito mulheres foram eleitas.

O Brasil tem, a cada legislatura, 81 senadores. Cada um deles tem um mandato de oito anos. A cada quatro anos é renovado um terço ou dois terços da Casa. Com o resultado, o número de senadoras passará dos atuais quinze para dezoito integrantes no ano que vem.

Longe da equidade

Apesar dos avanços, as mulheres seguem como minoria nas duas Casas Legislativas. Na Câmara, a bancada feminina vai representar 21% dos 513 deputados da próxima legislatura. A federação composta por PT, PCdoB e PV é a que elegeu a maior parcela de mulheres: 34 das 109 eleitas.

Já a quantidade de senadoras a partir do ano que vem chegará a 22,2% das 81 cadeiras. As eleitas neste ano tomam posse em fevereiro, com mandatos até 2035.

O Distrito Federal elegeu 2 mulheres. Como já tem uma representante, o DF passa a ser a única unidade da Federação com 3 senadoras mulheres. Já o Piauí é o único estado que nunca elegeu uma mulher senadora.

Pautas para mulheres

O aumento na quantidade de parlamentares eleitas também não se traduz, necessariamente, em políticas voltadas para as mulheres.

Essa é a avaliação da professora de Ciência Política da Universidade de Brasília Flávia

Birolí. Segundo ela, a medida que o número de mulheres nos cargos eletivos aumenta, aumenta também a diversidade de pensamento dessas mulheres e algumas vão defender perspectivas patriarcalistas, não igualitárias.

"Você pode ter mulheres eleitas representando visões econômicas que são prejudiciais pra grande maioria das mulheres. Por exemplo, você pode ter uma mulher eleita, como é o caso da senadora Bia Kicis, que votou contra a lei de igualdade salarial entre mulheres e homens."

Mulheres negras

A quantidade de mulheres negras eleitas também aumentou. Ao menos na Câmara dos Deputados. Um levantamento feito pela Organização Mulheres Negras Decidem contabilizou a eleição de ao menos 15 mulheres negras para deputadas federais em 2026 - aumento de 66,6% em relação a 2022, quando foram eleitas 9 deputadas negras.

Coordenadora política da organização, Tainah Pereira comemora o avanço.

"É muito interessante perceber também que a imensa maioria dessas mulheres negras que estão hoje na Câmara e que se elegeram para a próxima legislatura são mulheres jovens. Então, a gente vê uma renovação feminina e negra e acho que a gente pode ter boas expectativas em relação à atuação dessas lideranças que conseguiram chegar agora".

Já no Senado, houve perda. Das 12 senadoras eleitas, nenhuma é negra. Eliziane Gama (PT), exerce atualmente o cargo de senadora pelo Maranhão. Ela é autodeclarada negra, mas não foi reeleita.

Outras duas candidatas negras também perderam a disputa. Mariana Silva (Rede) concorria a uma vaga por São Paulo. Ela já foi senadora pelo Acre por dois mandatos entre 1995 e 2011.

A outra foi Benedita da Silva (PT), que concorria pelo Rio de Janeiro. Benedita foi a primeira mulher negra eleita a ocupar uma cadeira no Senado em 1998. Até hoje apenas 4 mulheres negras foram senadoras. (Agência Brasil)

ANP oferece maior pacote de áreas do pré-sal desde 2022 em leilão hoje

Sob protestos de organizações ambientalistas, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realiza nesta quarta-feira (7) leilão de áreas para exploração e produção de petróleo no país. Serão oferecidos 13 blocos no pré-sal e 313 fora do pré-sal.

O leilão é questionado na Justiça pela organização Arayara, que vê sobreposição de áreas com territórios quilombolas e indígenas. O Observatório do Clima, por sua vez, afirma que os leilões ignoram a emergência climática.

Será a maior oferta de áreas do pré-sal desde o início do novo modelo de leilões da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), em 2022.

Se todas forem concedidas, o governo arrecadará R\$ 1,24 bilhão apenas em bônus de assinatura - nos leilões do pré-sal, o bônus é fixo e vence a disputa a empresa ou consórcio que oferecer a maior fatia da produção futura ao governo.

Mas não é o que acontece normalmente. O geólogo Pedro Zalan dividiu as áreas em três grupos, de acordo com o poten-

cial de atrair interesse de petroleiros. Três deles teriam grande potencial, pela proximidade com grandes campos produtores ou por já terem descobertas.

Outras seis seriam de média atratividade, ou por estarem próximas a campos já descobertos ou por terem poços perfurados com indícios de petróleo. As outras quatro são de pequeno interesse, por terem descobertas subcomerciais, excesso de CO₂ ou estarem muito distantes dos campos existentes.

Ao todo, 19 empresas estão inscritas para essa etapa do leilão - dentre elas, a Petrobras e algumas gigantes mundiais já com presença no Brasil, como as americanas Exxon e Chevron, a francesa TotalEnergies e a inglesa Shell.

A outra etapa, de blocos fora do polígono do pré-sal, tem 313 áreas em nove bacias sedimentares nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Em cinco delas, há blocos em terra. Nas outras quatro, blocos em águas profundas ou ultraprofundas.

Na margem equatorial, prin-

cipal aposta para a reposição das reservas brasileiras, a única bacia presente é a de Ceará, que ainda não teve exploração e produção em águas profundas. Não há oferta de blocos na bacia da Foz do Amazonas, onde a Petrobras fez sua segunda descoberta na semana passada.

Há blocos marítimos também nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos, as mais exploradas em águas profundas no país. Há também uma nova bacia terrestre, estreando em leilões da ANP: Tacutu, na fronteira entre Brasil e Guiana.

Para esta etapa, estão inscritas 46 empresas de diversos países, incluindo a Petrobras, algumas gigantes globais e pequenas petroleiras especializadas em áreas terrestres.

Os principais questionamentos são direcionados às bacias com blocos terrestres. A Arayara, por exemplo, ajuizou na semana passada uma ação civil pública para suspender a oferta de 15 áreas na bacia do Parnaíba, no Maranhão, alegando sobreposição com territórios quilombolas.

Nesta segunda, a ANP decidiu retirar cinco dos blocos inicialmente previstos para essa bacia, por erro nos recortes de delimitação das áreas em função de critérios socioambientais. As áreas serão reavaliadas para futura inclusão em leilões.

A organização diz que, das 318 áreas oferecidas pela ANP, 280 têm sobreposição com áreas relevantes para a conservação da biodiversidade. O caso está sendo avaliado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, cuja área técnica também entende que áreas devem ser retiradas.

Observatório do Clima cobra do governo avanço na promessa de elaborar um mapa do caminho para reduzir o consumo de combustíveis fósseis e diz que oferecer novas reservas de petróleo vai contra o combate à emergência climática.

"Os futuros leilões [de petróleo] precisam estar condicionados às demandas da transição energética e a ações que as efetivem. Não é de modo algum o que acontecerá no dia 7 de outubro", afirma, em nota. (Folhapress)

8.422.119/0001-64

em 30 de Junho de 2026

R\$ 51.793,79. O Parlamento Italiano totalizou R\$ 267.637,31 e os Ativos totais alcançaram R\$ 943.218,10. O Bulla da Instituição de Pagamento S.A. encerra o semestre com 293 colaboradores. O Índice de Basileia, ao final do semestre, atingiu 10,04%. O Bulla da Instituição de Pagamento S.A. valoriza uma estrutura organizacional que assegure um controle metódico, independente e assertivo. Essa estrutura é sustentada por processos robustos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos inerentes às suas atividades, mantendo-se sempre alinhada às melhores práticas de mercado. A Administração do Consórcio Bulla expressa seu profundo agradecimento aos clientes pelo parceria construída e pela confiança depositada, bem como aos colaboradores pelo dedicado empenho e comprometimento demonstrado.

Atenciosamente, **A Administração**

Demonstrações do Resultado – Semestres Finais em 30 de Junho de 2026 e 2025						
		(Em milhares de reais – R\$)		Consolidado		
		2026		2025		
	Notas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	
Demonstração de Resultado do Semestre						
Receitas de Intermédio financeira		64.084	26.973	164.424	27.056	
Receitas de operações de intermédio financeira		11.256	11.146	27.018	11.146	
Valores mobiliários		28.993	15.727	42.288	18.830	
Resultados de serviços financeiros Bulla		11.256	11.146	27.018	11.146	
Despesas de intermédio financeira		(126.977)	(81.567)	(167.755)	(83.812)	
Operações de empréstimos		(22.318)	(12.107)	(22.213)	(12.107)	
Resultados de operações com títulos e valores mobiliários		(2.022)	(175)	(22.620)	(2.772)	
Provisão para perdas		(31.386)	(30.179)	(46.781)	(29.817)	
Outras receitas/(despesas) financeiras		(70.551)	(39.198)	(77.881)	(41.922)	
Resultados de intermédio financeira		(61.873)	(54.594)	(3.321)	(56.776)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		138.008	69.296	166.536	73.678	
Resultados de operações de intermédio financeira		(61.873)	(54.594)	(3.321)	(56.776)	
Despesas administrativas e serviços		(64.733)	(53.314)	(65.506)	(53.403)	
Despesas tributárias		(10.292)	(4.911)	(10.292)	(4.911)	
Despesas tributárias		(31.759)	(15.616)	(42.504)	(15.651)	
Provisões para contingência		(67)	(113)	(67)	(111)	
Resultados de operações de intermédio financeira		(61.873)	(54.594)	(3.321)	(56.776)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		178	(7.981)	2.061	(183.04)	1.902
Resultados de equivalência patrimonial		7	(72)	(2.481)	123	24
Resultados de operações de intermédio financeira		(61,873)	(54,594)	(3,321)	(56,776)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro		75.207	(14.707)	133.254	16.706	
Imposto de renda e contribuição social		(24.515)	(5.331)	(28.942)	(1.934)	
Resultado líquido		50.692	(20.038)	104.312	14.772	
Provisão para imposto de renda		(5.671)	(5.459)	(5.671)	(5.459)	
Provisão para contribuição social		(2.429)	(2.088)	(2.429)	(2.088)	
Imposto diferido						

Provisão para imposto de renda	(14.037)	4.370	(14.037)	4.370
Provisão para contribuição social	(2.277)	1.573	(2.277)	1.573

Atividades operacionais	Lucro do semestre	51.793	13.168	98.832	13.168
Atribuição a:					
- Acontistas controladores		51.793	13.168	51.793	13.168
- Acontistas não controladores					47.039
Quantidade de ações	Lucro líquido por ação (em reais)	240.364,956	240.364,956	240.364,956	240.364,956
		0,25	0,25	0,25	0,25

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado Abrangente - Semestres Finais em 30 de Junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais – R\$)

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do semestre	51.793	13.168	98.832	13.168
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total	51.793	13.168	98.832	13.168
Atribuição a:				
- Acontistas controladores	51.793	13.168	51.793	13.168
- Acontistas não controladores				47.039
Os dados extraídos da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Semestres Finais em 30 de Junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais – R\$)

	Individual		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro do semestre	51.793	13.168	51.793	13.168
Ajustes ao lucro				
- Depreciação e amortização	4.049	1.878	4.070	1.900
- Provisões para passivos associadas ao risco de crédito	31.386	(30.179)	46.761	(28.817)
- Perdas esperadas - líquido de efeitos fiscais	24	(3.553)	24	(3.553)
- Ganhos de avaliação	67	113	67	113

Resultado de equivalência patrimonial	72	2.481	-	-
---------------------------------------	----	-------	---	---

[illegible]

depósito na conta arrecadação em caso de violação pelo Deputado das obrigações previstas no Contrato de Promessa de Casamento e no Contrato de Promessa de Endosso; vii) descumprimento pelo Deputado de qualquer obrigação contida no Contrato de Casamento não passado por prazo superior a 10 (dez) dias úteis; ix) caso o Deputado ou qualquer de seus dependentes seja condenado por crime de natureza pública, ou seja, crime de interesse público, ou crime de insolvência não elidido no prazo legal e que venha a sofrer a cessão dos direitos creditórios em favor do Fundo; ou x) caso ocorra rescisão, promessa de cessação ou transferência pelas Cadeantes, sem o consentimento do Fundo, de qualquer obrigação decorrente do Contrato de Endosso. O valor efetivo a ser pago pelo Deputado no primeiro mês seguinte de 2026 corresponde à R\$ 58.382,83. (a) A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base em modelos que consideram as perdas futuras, em conformidade com os critérios estabelecidos no Regulamento do Fundo, e não representa uma estimativa de perdas esperadas decorrentes da intermediação de valores até o efetivo repasse para a bandeira do cartão de crédito, no valor de R\$ 36.184, e o valor de R\$ 22.198,43, respectivamente, no valor de R\$ 59.363,03.

	15. Movimentação da provisão para perdas esperadas	Individual	Consolidado
Descrição			
31/12/2024		10(03)	(5.533)
(a) Efeitos da adoção PCB 352/23		(8.211)	(8.111)
(b) Constituição da Provisão		(6.061)	(6.363)
(c) Baixa da Provisão		1.051	1.051

(*) Saldo final em 31/12/2025 (**) Constituição do provimento do semestre (***) Saldo para o próximo semestre (****) Saldo final em 30/06/2026	(46.676) (53.410) (31.360) (46.781) (1.350) (1.350) (35.499) (57.626)	
6. Outros valores e bens Outras despesas Outras despesas administrativas Outras despesas administrativas - FIDC Custo sobre emissão de debêntures	221.118 150.412 221.118 150.412 19.705 18.832 19.705 18.832 19.942 16.202 20.073 16.202 2.739 3.295 2.739 3.295 63.564 188.741 263.695 188.741	
(*) Refer-se à despesa com o custo de recebíveis cuja emissão foi realizada sem a custos de produção e disponibilização de cartões aos usuários e o diferimento é realizado pelo prazo de vida útil do cartão. (**) Refer-se a saldos decorrentes de despesas administrativas em geral, pagas antecipadamente a fornecedores e prestadores de serviços.		
7. Investimentos: Investimentos em controladas:		
Empresas Bull BUC Bull BUC Bull BUC Bull BUC	2026 Patrimônio Valor de Resultado de Investimento Investimento Investimento 99.999 339 339 100.000 1.118 1.118 100.000 16.268 16.268 100.000 17.709 17.709	2025 Patrimônio Valor de Resultado de Investimento Investimento Investimento 592 592 1.104 1.104 1.118 1.118 6.417 6.417
8. Imobilização, Intangíveis e direitos de uso:		

	Individual								
	2026						2025		
	Aquisições/ Baixas	Amortizações/De- preciações	Saldo Contábil	Aquisições/ Baixas	Amortizações/De- preciações	Saldo Contábil			
72025									
1.913									
114									
4.412	Móveis e equipamentos	- (264)	120	328	56	(246)	138		
2.650	Instalações	1.068 101 (855)	314 1.068	56	(836)	232			

0.089	Máquinas e equipamentos	439	—	(348)	91	439	—	(307)	132
0.090	Computadores e periféricos	744	—	(695)	49	721	23	(684)	60
0.091	Veículos	—	1.337	(89)	1.248	—	—	—	—
0.092	Benefícios	1.844	—	(914)	1.330	1.209	635	(360)	1.484
0.093		4.478	1.438	(2.765)	3.552	3.766	714	(2.433)	2.046
0.094	Intangíveis								
0.095	Direitos de uso de software	6.532	—	(6.442)	90	6.532	—	(6.430)	192
0.096	Desenvolvimento de software	27.738	—	(23.643)	4.095	27.739	—	(22.088)	5.651
0.097	Plataforma - Mac Pecu	563	—	(272)	291	563	—	(244)	319
0.098	Software - Mac Pecu	—	—	—	—	—	—	—	—

[illegible]

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

 www.jornalodiasp.com.br

Big techs descumprem regras eleitorais no dia da votação, diz estudo

Redes sociais continuaram a veicular anúncios político-eleitorais e a recomendar conteúdos de candidatos no domingo (4), dia do primeiro turno das eleições de 2026.

Levantamento do Observatório das Big Techs, do NetLab da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), identificou anúncios irregulares na Meta, no Kwai e no Google, além de recomendações irregulares de vídeos de candidatos pelo TikTok e pelo YouTube.

De acordo com as regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a circulação paga ou impulsionada de propaganda eleitoral na internet é proibida desde 48 horas antes até 24 horas depois da eleição.

A norma também determina que plataformas com sistemas de recomendação excluam desses mecanismos os canais e perfis de candidatas e candidatos informados à Justiça Eleitoral, ressalvada as hipóteses previstas na legislação.

Segundo a NetLab, o monitoramento foi feito com buscas manuais e computacionais, a partir de termos relacionados às candidaturas e às eleições, pelas interfaces das bibliotecas de anúncios disponíveis nas plataformas e via API, ferramenta que acessa uma espécie de banco de dados oficial dessas redes.

Meta

Segundo o levantamento, fo-

ram identificados 568 anúncios veiculados de forma irregular nas plataformas da Meta (Instagram, Facebook, WhatsApp, Messenger e Audience Network) durante o período analisado.

Outros seis anúncios simulavam comunicações do TSE. As peças utilizavam nomes e elementos visuais associados à Justiça Eleitoral e divulgavam uma suposta possibilidade de votar remotamente, pelo celular ou de casa. O que é falso.

Estes anúncios apresentavam o suposto voto digital como uma modalidade oficial e mencionavam situações como problemas de saúde, dificuldades de locomoção e fortes chuvas para estimular o usuário a utilizar o serviço falso. Em alguns casos, os usuários eram direcionados para sites que solicitavam o CPF para iniciar a suposta votação.

Kwai e Google

No Kwai, o NetLab identificou 18 anúncios eleitorais ativos no dia da votação e outros quatro classificados como "em pausa" no repositório da plataforma. Segundo o levantamento, três dos quatro anúncios classificados como pausados haviam circulado durante o período de resguardo, entre os dias 1º e 3 de outubro.

O laboratório também encontrou 45 anúncios cuja data final de circulação teria sido estendida para o dia da votação. As pe-

ças estavam associadas a dez páginas de candidaturas. Segundo o relatório, anúncios que originalmente terminariam no dia 3 permaneceram registrados como ativos no dia 4.

O NetLab, no entanto, ressalta que não foi possível confirmar integralmente o caso devido a divergências entre os dados exportados pelo Kwai e as informações exibidas na própria biblioteca de anúncios.

No Google, o monitoramento encontrou um anúncio identificado anteriormente, em 3 de outubro, que permanecia ativo de forma irregular na infraestrutura de publicidade da empresa.

Youtube e Tik Tok

Além da publicidade paga, foram acompanhados sistemas de recomendação do TikTok, YouTube e Instagram para verificar se as plataformas continuavam sugerindo conteúdos publicados por contas oficiais de candidatos.

Entre os dias 3 e 4 de outubro, foram identificados 18 vídeos de sete candidatos recomendados pelo TikTok e 17 vídeos de seis candidatos recomendados pelo YouTube.

No Instagram, não foram encontradas recomendações de vídeos publicados por candidatos.

Falta de transparência

O NetLab afirma que algumas limitações das big techs dificultam



Enrique Mendonça/Contraste

tam tanto a fiscalização quanto a responsabilização por eventuais irregularidades.

No caso da Meta, por exemplo, o laboratório identificou divergências entre os dados apresentados na interface da Biblioteca de Anúncios e aqueles obtidos por meio da ferramenta de programação da empresa. Havia anúncios classificados como "inativos" que pareciam que simultaneamente apareciam em listagens de anúncios ativos.

No Kwai, também foram encontradas divergências entre os dados exibidos na biblioteca e os arquivos exportados pela própria plataforma. Google, LinkedIn e TikTok, por sua vez, ofereceram informações consideradas limitadas para o acompanhamento sistemático da propaganda eleitoral.

Resposta das plataformas

Procuradas pela reportagem

da Agência Brasil, as empresas citadas compartilharam as seguintes notas.

"A Meta está comprometida em proteger o processo eleitoral em nossas plataformas e atua em conformidade com a legislação eleitoral. A amostragem deste relatório não reflete a escala do nosso trabalho de integridade".

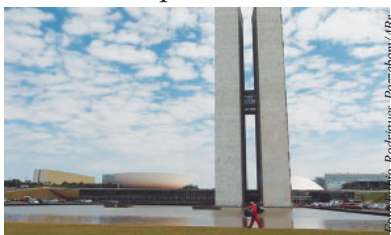
"O Kwai, que ainda aguarda acesso aos conteúdos mencionados para a devida avaliação, reitera seu compromisso com a integridade do processo eleitoral e com o cumprimento da legislação brasileira e das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para o período eleitoral, incluindo os dias de silêncio eleitoral e de votação, a plataforma manteve uma operação especial, com equipes dedicadas atuando continuamente na moderação de conteúdos e no atendimento às

determinações da Justiça Eleitoral. As regras aplicáveis ao período de silêncio também foram comunicadas previamente a todos os parceiros e anunciantes, e o upload de novos criativos de publicidade eleitoral foi restrito desde o dia 1º de outubro".

"No TikTok, proteger a integridade do ambiente digital durante as eleições é uma prioridade. Acreditamos que esse é um desafio que exige colaboração entre plataformas, autoridades e sociedade. Seguimos trabalhando em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral e cumprindo a legislação e as resoluções eleitorais aplicáveis. Entre junho e setembro de 2026, removemos 348.963 vídeos no Brasil por violarem nossas políticas de Integridade Cívica e Eleitoral, desinformação e conteúdos enganosos gerados por IA".

"O Google apoia as eleições do Brasil ao conectar milhões de pessoas a informações confiáveis e de alta qualidade. Desde 2024, as políticas do Google Ads proíbem anúncios políticos no Brasil. Nós aplicamos nossas políticas e agimos imediatamente em caso de qualquer violação. Este estudo prova que nossas equipes previniram abusos com sucesso e, por isso, apenas um anúncio foi identificado." (Agência Brasil)

Perfil mais conservador deve mudar agenda do Congresso, diz professor



Ele explica que as campanhas regionais priorizam temas como segurança pública, custo de vida, valores e família, que se consolidaram como pautas dominantes nas regiões onde foram eleitos senadores, deputados estaduais e federais e governadores.

"Os temas foram bastante relevantes. É um recado muito claro do eleitorado, mas as temáticas não foram abordadas de forma adequada pelo governo federal", avaliou o especialista ouvido pelo jornalista da Rádio Nacional.

Críticas ao STF

Para o economista, a recente crise no Supremo Tribunal Federal (STF) pesou menos na hora do voto, ficando mais de lado nas disputas eleitorais.

"Embora tenha sido uma temática relevante, que saiu na mídia e deixou a imagem do Supremo um pouco comprometida, o STF não vai às urnas. Por isso, o impacto eleitoral direto foi menor", disse o analista.

Apesar disso, o STF deve ser alvo das discussões legislativas no Senado Federal, com a nova configuração de maioria conservadora, segundo Jefferson. "Nos próximos quatro anos, veremos o desenho institucional do Supremo sofrer algumas alterações, a extensão do poder individual de cada ministro e, eventualmente, até a limitação do mandato (dos ministros da Suprema Corte)".

Fim da escala 6x1

No Brasil, a pauta trabalhista mais discutida neste ano é o fim da escala 6x1, que tem votação prevista para esta semana, como confirmado pelo presidente do Senado Federal, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Porém, com a alteração expressiva na composição da Câmara e do Senado, o professor Jefferson Ramos dos Santos acredita que o ritmo de votação e o perfil das propostas tendem a mudar.

"O quadro político mudou sensivelmente. Geralmente, quando há incertezas, vemos

nas casas legislativas uma postergação até que o quadro fique mais claro e os atores [blocos e lideranças parlamentares] se posicionarem. Então, não acho incomum se o fim da 6x1 tomasse um pouquinho mais de tempo para ir a plenário", disse.

De acordo com resultados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os candidatos Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) vão para o segundo turno da disputa pela vaga presidencial com a menor diferença já registrada em um primeiro turno eleitoral.

São cerca de 2,22 milhões de votos (1,87 ponto percentual) favoráveis ao candidato Flávio. O professor universitário percebe que o cenário permanece aberto e competitivo para 25 de outubro, data em que os brasileiros votam às urnas para decidir quem vai comandar o Brasil entre 2027 e 2030.

"Temos 2% de diferença entre os candidatos e uma abstenção recorde. São algumas dezenas de milhões de eleitores que não se posicionaram. Então, a campanha está aberta e, a partir desta semana, uma nova eleição se colocada na praça".

O resultado final da disputa presidencial pode ter impacto na agenda da nova legislatura da Câmara e do Senado Federal, a partir de 1º de fevereiro de 2027, prevê o especialista.

"A agenda, se mais conservadora, pode caminhar menos para temas trabalhistas e, talvez, para uma agenda de valores e mais focada em segurança pública. Mas o resultado da eleição presidencial vai ter impacto para reequilibrar um pouco essas pautas legislativas ou para empurrá-las ainda mais à direita", estima o professor Jefferson Ramos dos Santos.

O horário eleitoral para o segundo turno voltará na sexta-feira (9). Os candidatos à Presidência da República e aos governos de seis estados mais o Distrito Federal poderão fazer propaganda até 23 de outubro, dois dias antes do pleito final. (Agência Brasil)

AGU pede a Fux que aguarde PGR e mantenha proibição das bets no país

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que mantenha em vigor a medida provisória (MP) que proibiu a atividade das bets no país.

No parecer, do advogado-geral da União, Jorge Messias, pede ainda que o ministro Luiz Fux, relator do tema no STF, aguarde a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) antes de decidir sobre o pedido para que os efeitos da MP sejam suspensos.

AGU requereu também que, antes de decidir, Fux realize uma nova audiência pública sobre o assunto, nos moldes de uma primeira realizada em novembro de 2024.

A suspensão da proibição das bets foi pedida em 28 de setembro pela Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e pelo Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR). As entidades argumentam que a medida foi abrupta, provocando prejuízos bilionários para as empresas que acreditaram no marco regulatório vigente no país e fizeram investimentos.

As associações do setor insistiram para que a liminar fosse concedida antes das manifestações da AGU e da PGR e até as

23h59 da segunda-feira (5), prazo final para que os portais e plataformas das bets saiam do ar.

Fux, contudo, resolveu aguardar a manifestação da AGU antes de qualquer decisão sobre o tema. O ministro é relator de três ações diretas de inconstitucionalidade que questionam o marco legal das bets, que entrou em vigor em 2023 e acabou extinto pela medida provisória.

Assinada em 25 de setembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a MP questiona a proibição em todo território nacional a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade de apostas de quotas fixas, as chamadas bets.

Manifestação

A AGU já havia se manifestado pela inconstitucionalidade da Lei das Bets, que fora proposta e sancionada pelo próprio governo. Agora, ao pedir para que a MP que proibiu as bets seja mantida pelo STF, o advogado-geral da União insistiu que a experiência de regulação não foi o bastante para proteger a população dos malefícios das apostas online.



Foto: Rafael Nadermeier/Abp

"A exploração das apostas de quota fixa vinha sendo acompanhada por diversos órgãos públicos, que identificaram indicadores de repercussões relevantes sobre o orçamento familiar, o endividamento, a saúde, a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e outros interesses constitucionais protegidos", escreveu Jorge Messias.

Para justificar a urgência da edição de uma medida provisória proibindo as bets de imediato no país, a AGU voltou a citar diversos malefícios à população, como o endividamento das famílias, a desproteção de crianças e adolescentes, os impactos na

economia formal e o aumento de 140% nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) a pessoas com transtornos provocados pelo vício em jogos.

O AGU também afastou argumentos de que o governo não poderia ter renunciado à arrecadação prevista com os impostos pagos pelas bets. Para o AGU, não há de se falar em renúncia fiscal quando a perda de receitas com impostos decorre da extinção de um setor da economia.

A perda estimada de arrecadação com a extinção das bets é estimada pelo governo em cerca de R\$ 5 bilhões por ano. (Agência Brasil)

Embrapa é designada como Centro de Referência para Florestas Plantadas

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) designou a Embrapa Florestas como Centro de Referência em Florestas Plantadas. O anúncio foi feito na última sexta-feira (2) durante a 10ª Semana Mundial das Florestas e a 28ª Sessão do Comitê de Florestas da FAO, realizadas em sua sede em Roma. Este é o primeiro CR da FAO para florestas plantadas no mundo.

Segundo a FAO, a designação de CR visa aproveitar conhecimentos científicos, técnicos e de políticas reconhecidos no setor florestal.

A Embrapa Florestas é uma das unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

As instituições designadas colaboram com a FAO na troca de conhecimentos em suas áreas específicas de atuação, fornecendo assessoria técnica, dados, pesquisas, treinamento, transferência de tecnologia e

outras formas de apoio técnico à organização e aos seus Estados-Membros.

Em relação à Embrapa Florestas, a unidade deverá cooperar para o desenvolvimento de florestas plantadas produtivas, resilientes e de baixa emissão de carbono, integradas a sistemas agropecuários e para responder a demandas de cooperação internacional.

De acordo com dados da FAO, de 2025, as florestas plantadas ocupam cerca de 304 milhões de hectares no mundo. Desse total, 157 milhões de hectares correspondem a plantações florestais intensivas, predominantemente destinadas à produção.

A China concentra a maior área de florestas plantadas, seguida por Estados Unidos, Rússia, Canadá, Índia, Brasil, Japão e Suécia.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Brasil tem cerca

de 10,4 milhões de hectares de florestas plantadas. O eucalipto e o pinus são as espécies mais cultivadas, além de araucária, acácia, seringueira, erva-mate, teca, paricá, mogno-africano, castanha-do-brasil e cedro-australiano.

Segundo o comunicado divulgado pelo diretor-geral adjunto da FAO e diretor da Divisão Florestal, Zhimín Wu, a designação dos primeiros CR da FAO na área florestal representa um avanço importante na mobilização da expertise científica e técnica para enfrentar situações complexas que as florestas enfrentam.

"Ao conectar conhecimentos especializados às necessidades dos países, podemos acelerar o intercâmbio de conhecimento e a inovação, além de ajudar a transformar a ciência em soluções práticas", afirmou.

O CR da Embrapa Florestas vai operar sob demanda e mediante captação conjunta de recursos em diversas áreas. Entre as

competências do CR em florestas plantadas estão a silvicultura e manejo florestal sustentável, sistemas agroflorestais, melhoramento genético, sanidade florestal e controle biológico de pragas, métricas de carbono e mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e bioeconomia florestal/química verde.

A presidente da Embrapa, Silvia Massurú, disse que a designação funciona como um selo de excelência, permitindo que o país colabore na capacitação técnica, no intercâmbio de conhecimento e no desenvolvimento de projetos conjuntos com a FAO.

"São quase 50 anos de pesquisas e de ciência para o desenvolvimento florestal, que hoje se traduzem neste reconhecimento, em que a Embrapa poderá tanto ajudar outros países como também fortalecer trabalhos e redes de cooperação dentro do Brasil", afirmou. (Agência Brasil)